O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 01/07/2022 - 06:00

Senado aprova PEC que eleva benefícios e impõe estado de emergência

Senado aprova PEC que turbina benefícios ao custo de R$ 41,2 bi

Texto institui estado de emergência até o fim do ano, amplia o Auxílio Brasil e cria bolsa-caminhoneiro e auxílio para taxista, entre outras medidas fora do teto de gastos

IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

Com apoio até dos partidos de oposição, o Senado aprovou ontem Proposta de Emenda à Constituição (PEC) costurada pelo Planalto e por aliados no Congresso que turbina benefícios sociais a três meses da eleição. O pacote teve o acréscimo de mais um benefício – um auxílio-gasolina para taxistas –, e seu custo chega agora a R$ 41,2 bilhões. Esse valor ficará fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

Foram duas votações. No primeiro turno, o placar foi de 72 votos a favor e 1 contra. No segundo, que contou com quórum menor, foi de 67 a 1 – o único senador que votou contra foi o tucano José Serra (*leia mais nesta página*). O texto, que não chegou a passar previamente por nenhuma comissão, segue para votação na Câmara dos Deputados, onde o governo também conta com o apoio da maioria dos parlamentares.

Segundo o governo, as medidas têm como objetivo reduzir o impacto da disparada dos combustíveis. O relator da PEC, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), alterou o parecer final e limitou a definição do chamado estado de emergência – recurso que pode blindar o presidente Jair Bolsonaro de ser acusado de infringir a legislação em ano eleitoral. O trecho retirado da proposta era visto pela oposição como uma "carta branca" para o governo. A legislação em vigor impede, em situação normal, a criação de benesses em ano eleitoral, exceto em caso de decretação de estado de emergência ou calamidade.

Ainda a pedido da oposição, Bezerra proibiu o uso dos recursos destinados ao Auxílio Brasil e ao vale-gás para publicidade institucional.

Como antecipou o **Estadão**, as novas medidas foram incluídas na PEC que já foi batizada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de "PEC Kamikaze", devido aos riscos embutidos para as contas públicas. Inicialmente, a ideia do governo era incluir o pacote em outra PEC, a dos Combustíveis, para compensar os Estados pela redução de tributos cobrados sobre produtos classificados como essenciais, como combustíveis e energia elétrica.

MEDIDAS. De acordo com o texto aprovado no Senado, o auxílio-gasolina criado para beneficiar taxistas será de R$ 200 mensais. O líder do MDB, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que a medida deve ter um custo de R$ 2 bilhões.

Além desse benefício, o pacote incluiu o aumento do orçamento do Auxílio Brasil para tentar zerar a fila de espera do programa, estimada pelo governo em 1,6 milhão de famílias, além da elevação do valor do benefício – de R$ 400 para R$ 600 até o fim do ano. O custo estimado neste caso subiu de R$ 21,6 bilhões para R$ 26 bilhões.

Além disso, há estimativa de desembolso de R$ 5,4 bilhões para criar uma bolsa-caminhoneiro, categoria vista como uma das principais bases de apoio de Bolsonaro desde a sua eleição; de R$ 2,5 bilhões para garantir a gratuidade a passageiros idosos nos transportes públicos urbanos e metropolitanos; de R$ 1,05 bilhão para dobrar o vale-gás a famílias de baixa renda; e de R$ 3,8 bilhões para compensar Estados que reduzam as alíquotas do ICMS sobre o etanol para manter a competitividade do biocombustível em relação à gasolina.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Senadores fizeram duas votações, ambas só com 1 voto contrário

O que o texto prevê

- **Auxílio Brasil**
  Ampliação do valor do benefício de R$ 400 para R$ 600 mensais e cadastro de 1,6 milhão de novas famílias no programa. Custo estimado: R$ 26 bilhões
- **Bolsa-caminhoneiro**
  Criação de um benefício de R$ 1 mil. Custo: R$ 5,4 bilhões
- **Vale-gás**
  Ampliação de R$ 53 para o valor de um botijão a cada dois meses (o preço médio atual do botijão de 13kg, segundo a ANP, é de R$ 112,60). Custo: R$ 1,05 bilhão
- **Transporte de idosos**
  Compensação aos Estados para garantir a gratuidade, já prevista em lei, do transporte público de idosos. Custo estimado: R$ 2,5 bilhões
- **Etanol**
  Repasse de até R$ 3,8 bilhões a Estados para manutenção do ICMS em 12% para manter a competitividade do biocombustível em relação à gasolina.
- **Auxílio-gasolina para taxistas**
  De R$ 200 para cada motorista. Custo: R$ 2 bilhões
- **Alimenta Brasil**
  R$ 500 milhões seriam direcionados ao programa para a compra de alimentos de agricultores familiares

Outros R$ 500 milhões serão direcionados ao programa Alimenta Brasil, que faz parte do Auxílio Brasil, por meio do qual o poder público compra alimentos produzidos por agricultores familiares para serem destinados a famílias em situação de insegurança alimentar, a escolas públicas e a unidades prisionais. Todas as medidas têm validade apenas até o fim do ano.

Todas as medidas serão custeadas por meio da abertura de créditos extraordinários, com impacto no resultado das contas do governo e também no endividamento. Para "compensar" os novos gastos, o governo conta com recursos do BNDES, da Petrobras e da privatização da Eletrobras.

'SEI QUE É POUCO'. Logo após a votação em primeiro turno, Bolsonaro (PL) afirmou que a bolsa de R$ 1 mil a ser oferecida a caminhoneiros é "pouco". "Sei que é pouco, sei que caminhoneiro gasta bastante combustível, mas é uma ajuda que a gente está dando", afirmou ele, em transmissão ao vivo nas redes sociais. "E vem mais coisa também de redução de impostos de combustíveis nessa PEC", acrescentou o presidente.

Preocupado com a queda de seus índices de popularidade, Bolsonaro aumentou nas últimas semanas a pressão para impedir novos aumentos dos combustíveis. Para isso, trocou o presidente da Petrobras e pressionou governadores a reduzir o ICMS, com o argumento de que durante a pandemia os Estados receberam grandes volumes de recursos do governo federal.

Ao lado de Bolsonaro, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, afirmou que a solução encontrada pelo governo para a crise dos combustíveis é "estrutural". ● COLABORARAM BRUNO LUIZ e EDUARDO GAYER

'Pacote compromete contas públicas', diz Serra

O senador José Serra (PSDB-SP) foi o único a votar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia benefícios sociais às vésperas da eleição e decreta estado de emergência para blindar o presidente Jair Bolsonaro (PL) de punições da Lei Eleitoral. Serra argumentou que o pacote viola a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e fura o teto de gastos – a regra que limita o avanço das despesas à inflação. As medidas, na visão dele, vão provocar perda da credibilidade fiscal do País, o que pode alimentar a inflação e levar o Banco Central (BC) a elevar ainda mais os juros.

"O pretexto foi defender quem mais precisa, mas isso deveria ser feito de outra forma. O governo enviaria projeto de lei e créditos extraordinários, sinalizando controle e governança", disse o senador, em publicação no Twitter. "Na verdade, o 'pacote de bondades' é eleitoreiro, só vai até dezembro de 2022 e compromete o futuro das contas públicas. Além disso, a perda de credibilidade fiscal vai estimular inflação, juros mais elevados e reduzir os investimentos necessários para a geração de emprego e renda, que é a mais importante política de combate à pobreza de que dispomos." ● I.P.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.